

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCMG Nº 2024/000534

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATORA: ITAJAY MARIA SOARES

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. PROFISSIONAL CONTÁBIL. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL SOB FORMA IRREGULAR. COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA EM DESACORDO COM A RES. CFC Nº 1.708/2023. MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL DETIDA POR PROFISSIONAIS NÃO CONTÁBEIS. REVELIA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO VOLUNTÁRIO TEMPESTIVO. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA RESOLUÇÃO. INADMISSIBILIDADE. INFRAÇÃO CONFIGURADA. PENALIDADES MANTIDAS.1. PROCESSO ORIGINADO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2024/000534, LAVRADO EM 23/07/2024, EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DO REGISTRO DA EMPRESA *SACHA E MISABEL TAX CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA*. NO CRC/MG, POR NÃO ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.555/2018 (REVOGADA) E DA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023, QUANTO À COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA. 2. CONSTATOU-SE QUE A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL POSSUI 18 SÓCIOS, DOS QUAIS 16 SÃO ADVOGADOS (99,30% DO CAPITAL SOCIAL), E APENAS DOIS CONTADORES, A INTERESSADA (0,20%) E OUTRO PROFISSIONAL (0,50%), TOTALIZANDO 0,70% DO CAPITAL SOCIAL. A CONFIGURAÇÃO SOCIETÁRIA DESCUMPRE A NORMA QUE EXIGE MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL DETIDA POR CONTADORES. 3. A AUTUADA, CONTADORA REGISTRADA NO CRC/MG, FOI CIENTIFICADA DA INFRAÇÃO E PERMANECER REVEL NA FASE DE DEFESA. EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, APLICOU-SE MULTA DE R\$ 563,00 E PENA ÉTICA DE ADVERTÊNCIA RESERVADA. 4. INTERPOSTO RECURSO VOLUNTÁRIO TEMPESTIVO, NO QUAL A RECORRENTE ALEGOU AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 5º, II, CF/88) E AO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS (ART. 421 DO CC), SUSTENTANDO QUE A RESOLUÇÃO CFC Nº 1.708/2023 EXTRAPOLARIA OS LIMITES LEGAIS AO IMPOR RESTRIÇÃO DESPROPORCIONAL À LIBERDADE DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA. 5. REJEITADAS AS ALEGAÇÕES, DIANTE DA COMPETÊNCIA LEGAL CONFERIDA AO CFC PELO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.249/2010, E PELA LEI Nº 6.839/80, QUE ESTABELECEM A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS E CONFEREM AO CFC COMPETÊNCIA PARA EDITAR NORMAS ESPECÍFICAS DA PROFISSÃO. 6. RELEVADA A PRIMARIEDADE DA RECORRENTE, MAS MANTIDA A CARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO ÉTICA PREVISTA NO ART. 15 E ART. 28, ALÍNEA “B”, DO DL Nº 9.295/46, C/C LEI Nº 6.839/80 E ITEM 5, ALÍNEA “F”, DO CEPC (NBC PG 01). RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO. PENALIDADE MANTIDA.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 563,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS) E PENA ÉTICA DE ADVERTÊNCIA RESERVADA**, NOS TERMOS DAS ALÍNEAS “B” E “G” DO ART. 27 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ITEM 20, ALÍNEA “A”, DO CEPC (NBC PG

01), ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.709/2023. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 441ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.